ANAIS

XI Seminário Internacional Práticas Religiosas no Mundo
Contemporâneo
XI Colóquio Nacional Cultura e Poder
X Seminário de Pesquisas do Laboratório de Estudos
sobre Religiões e Religiosidades
VI Simpósio Regional da ABHR/Sul

Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR)

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

2025

GT8 – Antropologia das formas expressivas: materialidades que promovem e intermediam relações UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO DA ETNICIDADE JAPONESA NA ESCOLA VISCONDE DE CAIRU, EM CAMPO GRANDE/MS



Resumo: Este artigo propõe uma observação sobre a presença da etnicidade japonesa na Escola Visconde de Cairu, em Campo Grande/MS, e sua influência nas práticas educacionais, sociais e culturais da instituição. A pesquisa, de natureza qualitativa e com base etnográfica, fundamenta-se na leitura de livros, artigos e revistas, além da utilização de observação participante, diário de campo e entrevistas semiestruturadas com professores da Escola Visconde de Cairu. Teoricamente, apoia-se em Catherine Walsh (2013), entendendo a escola como território em disputa epistemológica, onde experiências nipo-brasileiras mobilizam práticas insurgentes que tensionam saberes hegemônicos e reconfiguram sentidos de pertencimento e identidade. Este estudo é desenvolvido no âmbito de um projeto de Iniciação Científica (PIBIC) e encontra-se em andamento e em fase final, com conclusão prevista para o mês de agosto. As entrevistas ainda serão realizadas, mas a hipótese preliminar aponta para o papel da escola como agente ativo na valorização de identidades culturais, indicando que a presença da etnicidade japonesa contribui não apenas para a preservação de saberes e tradições, mas também para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas e contextualizadas, como projetos interdisciplinares, oficinas culturais e ações que promovem o diálogo entre a escola e a comunidade nipo-brasileira.

Palavras-Chaves: Etnicidade Japonesa. Educação. Cultura. Identidade.

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe uma observação sobre a presença da etnicidade japonesa na Escola Visconde de Cairu, em Campo Grande/MS, e sua influência nas práticas educacionais, sociais e culturais da instituição. O interesse pela temática surgiu a partir de trabalhos de campo realizados no ano de 2023, durante um Projeto de Iniciação Científica (PIBIC/UFMS) intitulado 'As relações sociais construídas por meio da dança tradicional japonesa no Festival *Bon Odori* em Campo Grande/MS, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Raquel da Cruz Duran. Nesta pesquisa, buscamos compreender, à luz da antropologia da arte, em especial da dança e do corpo, de que modo o *Bon Odori* transcende o mero movimento artístico, como uma técnica corporal — conceito desenvolvido pelo antropólogo Marcel Mauss (2003), ampliando o entendimento da dança como instrumento de socialização e de expressão de emoções, saberes, práticas e legados histórico-culturais. Nesse processo, nos aproximamos da comunidade *nipo-brasileira*, e os diálogos estabelecidos despertaram questionamentos sobre a relação entre cultura, identidade e educação.

A Escola Visconde de Cairu, em Campo Grande/MS, representa um importante marco dessa história. Para compor um quadro teórico e histórico que nos possibilite realizar nosso propósito, precisamos abordar, mesmo que brevemente, em que condições os imigrantes japoneses vieram ao Brasil. E a sua preocupação com a educação de seus filhos, através de uma introdução sobre a história da escola.



DESENVOLVIMENTO

A imigração japonesa e os primeiros desafios

A imigração japonesa exerceu significativa influência sobre o desenvolvimento econômico, social e cultural do Brasil, especialmente em estados como São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul³. A presença de colônias japonesas nessas regiões resultou na fundação de instituições sociais e educacionais voltadas à preservação da cultura e da identidade nipônica.

Após a abolição da escravidão (1888), o Brasil enfrentou uma escassez de mão de obra. Para suprir essa falta, o país acolheu muitos imigrantes estrangeiros que pudessem substituir os trabalhadores escravizados. Nessa época, circulava o boato de que no Brasil era possível enriquecer rapidamente graças ao café, "a árvore que dava dinheiro" (Ayumi, 2008, p. 34). Segundo Alves (2019), é preciso enfatizar que todo migrante, ao deixar a realidade anteriormente vivida, é vítima de grandes impactos em sua nova realidade espacial.

A chegada do navio *Kasato Maru* ao porto de Santos, em 1908, início da imigração japonesa no Brasil, trouxe uma leva de 781 pessoas⁴, e isso não representou apenas uma mudança geográfica, mas envolveu também desafios como barreiras linguísticas, diferenças culturais e adaptação ao novo ambiente. A *Kyuyo Kyokai*, precursora da Associação *Okinawa*, relatou que persistiam hábitos escravocratas nas regiões para as quais os imigrantes japoneses haviam sido enviados (Ayumi, 2008, p. 34). Os imigrantes recebiam rendimentos mínimos, apesar das longas jornadas de trabalho, e enfrentavam preços abusivos nas vendas situadas dentro das fazendas. Muitas famílias trabalhavam sem conseguir acumular economias e viviam com a ansiedade de enviar remessas ao Japão, para não prejudicar os fiadores da viagem (Ayumi, 2008).

Como afirma Ayumi (2008), o objetivo inicial dos imigrantes era economizar dinheiro rapidamente e retornar ao Japão. No entanto, após anos de sacrificio, muitos acabaram se estabelecendo em um vilarejo marcado pela poeira vermelha, atraídos pela construção da Estrada de Ferro Noroeste. Na década de 1930, quando esta região ainda integrava o estado de Mato Grosso⁵, a horticultura e a produção de aguardente destacavam-se como as principais atividades desenvolvidas pelos imigrantes japoneses que aqui se estabeleceram. Os imigrantes adquiriram sítios, venderam produtos em feiras e abriram bares, formando uma nova classe média urbana. Com o tempo, a região se desenvolveu com grandes empreendimentos agrícolas e industriais (Ayumi, 2008, p. 29).



No quarto ano no Brasil (1912), ainda havia dificuldades econômicas (Ayumi, 2008, p. 38). A impossibilidade de retorno ao Japão fez surgir a preocupação com a educação dos filhos. Cultura e educação são interdependentes: enquanto a educação transmite valores culturais, a cultura torna o aprendizado mais significativo. Diante disso, muitos grupos de imigrantes fundaram escolas étnicas para manter a cultura e o idioma originários. Em Campo Grande/MS não foi diferente: a colônia japonesa também adotou essa estratégia (Amaya, 2018, p. 5). As escolas japonesas no Brasil preservavam valores, tradições e a língua japonesa, atuando como ambientes de identidade coletiva.

Desde 1914, a colônia *nikkei*⁶ de Campo Grande, mantinha atividades limitadas, com destaque para a administração da Escola de Língua Japonesa de *Hanja* (Ayumi, 2018). À medida que a comunidade crescia, a escola mudou-se para a zona urbana, passando a chamarse Escola Japonesa de Campo Grande, e em 1927, por orientação das autoridades educacionais estaduais, foi renomeada Escola Visconde de Cairu.

Essa decisão antecede o processo mais intenso de nacionalização das escolas estrangeiras, que ganhou força entre o final da década de 1930 e o início dos anos 1940, no contexto autoritário do Estado Novo. Durante a Segunda Guerra Mundial, a repressão direcionada às escolas de minorias étnicas se agravou significativamente no âmbito da chamada "campanha de nacionalização" (Amaya e Assis, 2019). O uso da língua japonesa foi proibido, diversas escolas étnicas foram fechadas, e instituições como a escola Visconde de Cairu passaram a ser rigidamente fiscalizadas, chegando a ser acusadas, por exemplo, de suprimir o ensino do Hino Nacional.

Luiz Alexandre de Oliveira⁷, diretor da escola, foi figura central na defesa da comunidade durante esse período. Demonstrou grande dedicação, inclusive arriscando sua liberdade para manter a escola aberta (Ayumi, 2008, p. 42). Em 1984, o governo japonês concedeu a Luiz a Ordem do Sol Nascente em Raios Dourados e Prateados. A Sra. Ayd Camargo César⁸, sua colaboradora direta, também teve papel essencial na preservação da escola durante o regime de Vargas. Em 1995, foi agraciada com a Ordem da Preciosa Coroa em Damasco (Ayumi, 2008, p. 43).

Fundamentação teórico-metodológica

PAG



valorização da identidade japonesa. Os objetivos são exploratórios, o que se justifica pela intenção de aprofundar a compreensão sobre aspectos culturais e identitários ainda pouco investigados. Adota-se uma abordagem qualitativa, que permite captar percepções, significados e experiências subjetivas relacionadas ao tema. O método utilizado é predominantemente etnográfico, sendo

compreendido não apenas como técnica de coleta de dados, mas como um modo de estar e perceber o campo. Conforme destacam Durham e Peirano (2018), o trabalho etnográfico exige a imersão do pesquisador em contextos sociais específicos, de modo que se torne possível apreender a cultura "na sua totalidade e integração", como algo que se revela nas práticas e relações cotidianas dos interlocutores.

Inspirando-se no legado de Malinowski, a etnografia aqui empregada dá ênfase à observação participante, entendida como uma forma de convivência prolongada com os sujeitos da pesquisa. Essa convivência permite que o pesquisador vivencie os significados atribuídos às práticas sociais e possa participar das conversas e das situações da vida diária, conforme enfatiza Durham.

As entrevistas semiestruturadas serão utilizadas como ferramenta complementar, oferecendo a possibilidade de aprofundar dúvidas surgidas no campo e ter uma coconstrução com os interlocutores. Pois, embora estruturadas por um roteiro básico, essas entrevistas permitem flexibilidade, respeitando o fluxo natural das interações e o contexto situacional, como recomenda a abordagem etnográfica.

O uso do diário de campo também é indispensável na metodologia adotada. A escrita é recurso valioso para registrar não apenas os dados empíricos, mas também as percepções, impressões e reflexões enquanto pesquisadora. O diário se configura, assim, como instrumento que media a passagem entre a apreensão inconsciente da realidade cultural e sua análise consciente e sistemática.

Essa compreensão da etnográfica como prática interpretativa dialoga com a concepção de pesquisa defendida por Cardoso de Oliveira (2003), para quem a produção etnográfica se estrutura na articulação entre três etapas: olhar, ouvir e escrever. A observação e a escuta se realizam na etapa de campo, exigindo do pesquisador um treinamento dos sentidos de forma atenta para perceber os elementos empíricos da realidade social. A escrita corresponde a parte final, mas não menos importante, pois, é



a fase de sistematização e análise dos dados produzidos em campos, é imprescindível para a elaboração teórica das informações atribuídas pelos interlocutores.

Nessa perspectiva, a Escola Visconde de Cairu se apresenta não apenas como um espaço físico da pesquisa, mas como um espaço socialmente construído continuamente ressignificado pelas práticas e interações que ali se desenvolvem. A etnicidade, enquanto construção social e relacional, constitui um eixo fundamental para a compreensão das dinâmicas culturais observadas na Escola Visconde de Cairu, em Campo Grande/MS. Pois,a etnicidade japonesa se apresenta não apenas como um marcador identitário, mas como um elemento ativo na organização de práticas pedagógicas e na produção de sentidos de pertencimento entre os sujeitos escolares. Em diálogo com Fredrik Barth (2005), que compreende os grupos étnicos a partir de fronteiras sociais e simbólicas, e Stuart Hall (1992), que entende a identidade cultural como processo e articulação, esta pesquisa propõe compreender a escola como um espaço de mediação étnico-cultural, onde tradições são constantemente reinterpretadas. Essa perspectiva se alinha à proposta de Doreen Massey (2008), ao tratar o espaço como um produto relacional, moldado por histórias, interações e negociações permanentes. Complementarmente, Catherine Walsh (2009) destaca os espaços como territórios de resistência e afirmação identitária, nos quais práticas locais desafiam as hegemonias culturais. Assim, o cotidiano da escola se revela como um território simbólico dinâmico, no qual a presença da etnicidade japonesa contribui para a constituição de identidades plurais, impactando diretamente a experiência educacional e as relações sociais ali estabelecidas.

Sob essa ótica, a coleta de dados envolve não apenas o acesso à fala dos participantes, mas o cuidado ético com as suas histórias de vida, o que exige o uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O TCLE é um documento previsto pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que garante aos participantes o direito à informação completa sobre os objetivos, procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa, assegurando sua autonomia e liberdade de participação.

Figura 1 - Fachada da Escola Visconde de Cairu





Fonte: Souza (2025)

Figura 2 - Florescendo Saberes: alunos da Escola Visconde de Cairu desenham *Sakuras*, símbolo de renovação e esperança





Fonte: Souza (2025)

CONCLUSÃO

Os dados empíricos preliminares desta pesquisa indicam que a Escola Visconde de Cairu constitui um espaço de continuidade da cultura nipo-brasileira em Campo Grande/MS. Mais do que preservar tradições, a presença da etnicidade japonesa na escola contribui não apenas para a preservação de saberes, mas também para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas e contextualizadas, como projetos interculturais, interdisciplinares, oficinas culturais e ações que promovem o diálogo entre a escola e a comunidade *nipo-brasileira*.

A compreensão da escola como espaço relacional, conforme proposto por Doreen Massey, tem sido um caminho para interpretar as dinâmicas cotidianas observadas. A etnicidade não se expressa apenas em manifestações visíveis, mas também em gestos, valores e modos de convivência que permeiam o ambiente escolar.

A conclusão final, prevista para agosto, permitirá uma observação mais detalhada e integrada das nuances culturais, sociais e pedagógicas envolvidas. Finalizo este trabalho com



uma frase que ouvi durante uma palestra da prof^a. Dra. Larissa Clare Pochmann da Silva no IV Congresso Brasileiro de Ensino, Pesquisa e Extensão, realizado de forma on-line no período de 27/01/2025 a 30/01/2025: "A pesquisa acadêmica não acaba, ela é acabada pelo tempo. Você sempre poderia fazer algo a mais se o tempo permitisse". Essa reflexão é pertinente para este estudo, pois demonstra que a busca pelo conhecimento é contínua e que os resultados apresentados aqui representam um avanço dentro das limitações temporais impostas. Dessa forma, este trabalho se insere em um processo maior de construção acadêmica, aberto a futuras investigações e aprimoramentos, e reforça meu interesse em dar continuidade a essa jornada por meio do mestrado.

DAG

NOTAS

- 1 Graduanda em Ciências Sociais, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/ Campus de Campo Grande). E-mail de contato: <u>glicia.aparecida@ufms.br</u>
- ² Docente permanente do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social(PPGAS), na linha Povos e comunidades tradicionais, fluxos e fronteiras (UFMS). E-mail de contato: raquel.duran@ufms.br
- ³ FREITAS, Eduardo. Cem anos da imigração japonesa no Brasil. Matéria do caderno Geografia, publicada em 2008, ano do centenário. Disponível em:https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/cem-anos-imigracao-japonesa-no-brasil.htm. Acesso em 05 de julho de 2025.
- ⁴ Sob a autoria de Consulado Geral do Japão em São Paulo, reportagem intitulada como "O mundo dacomunidade nipo-brasileira em São Paulo", publicada em 2017. Disponível em:. Acesso em 05 de julho de 2025.">https://www.sp.br.embjapan.go.jp/itpr_pt/nipobrasileiro.html#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20de%20japoneses%>. Acesso em 05 de julho de 2025.
- ⁵ O estado de Mato Grosso do Sul foi oficialmente criado em 1977, a partir da divisão do antigo estado de Mato Grosso. A nova unidade federativa foi instalada em 1º de janeiro de 1979, com Campo Grande como capital
- ⁶ Nikkei é o termo utilizado para se referir aos imigrantes japoneses e seus descendentes que



vivem fora do Japão.

⁷ Luiz Alexandre de Oliveira foi professor e figura influente na educação de Campo Grande, especialmente conhecido por seu trabalho junto à comunidade japonesa local. Formado no Instituto Pestalozzi entre 1918 e 1920, destacou-se pela promoção da escolarização e pelo apoio à integração cultural dessa comunidade no contexto educacional regional. Sua trajetória foi estudada por Stephanie Amaya, que, em sua dissertação de mestrado, analisa a atuação de Oliveira na comunidade e na escola de japoneses Visconde de Cairu, no sul de Mato Grosso, entre as décadas de 1930 e 1950.

DAG

⁸ Ayd Camargo César nasceu em Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul, filha de Guiomar Camargo César e Telêmaco César Barão. Formou-se em licenciatura no Colégio Joaquim Murtinho e dedicou-se à educação ao longo de toda a vida. Participou de cursos de administração e supervisão promovidos pelo Ministério da Educação, atuou no movimento de erradicação do analfabetismo em Cuiabá (MT) e foi a primeira orientadora educacional de Campo Grande. Lecionou nas escolas Visconde de Cairu, Osvaldo Cruz e na Escola Técnica Joaquim Murtinho, sendo a primeira a especialmente marcada por gratidão e carinho, onde iniciou sua trajetória docente. Reconhecida por seu respeito e amizade com a comunidade japonesa, prestou relevante contribuição à educação bilíngue, especialmente durante os tempos difíceis da guerra. Seu trabalho lhe rendeu, com merecido orgulho, a honraria da Ordem do Precioso Tesouro, concedida pelo governo japonês — reconhecimento que ela carrega como lembrança eterna de uma vida dedicada ao ensino e ao compromisso cívico.

REFERÊNCIAS

ALVES, João Otávio Chinem Alexandre. A Imigração Japonesa em Campo Grande MS: Interfaces Socioculturais e Econômicas, 2019.

AMAYA, S.; ASSIS, J. H. V. P. . Questões Curricularesna Era Vargas (1930-1945): o Caso da Escola Étnica Japonesa Visconde de Cairu. REVISTA EDUCAÇÃO E FRONTEIRASON-LINE, v. 9, p. 141- 153, 2019.

AMAYA, S.. História e memória das escolas japonesas no Mato Grosso do Sul: Escola



Visconde de Cairu um exemplo a ser seguido. Informativo Nipo, CAMPO GRANDE, p. 2-2, 01 out. 2018.

AMAYA, S. . A influência dos japoneses no cotidiano de Campo Grande e Mato Grosso do Sul. Cultura Nikkey, CAMPO GRANDE, p. 11-11, 01 jun. 2018.

AMAYA, S. A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE AS ESCOLAS DE JAPONESES NO BRASIL(SCIELO E BDTD): ESTUDOS PRÉVIOS PARA ANÁLISE NO MATO GROSSO DO SUL. In: 3º Congresso de Educação do CPAN, 2018. p. 1-13.



AMAYA, Stephanie. Trajetória biográfica do professor Luiz Alexandre de Oliveira: em estudo a comunidade e a escola de japoneses Visconde de Cairu, no sul de Mato Grosso (1930-1950). Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2018

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso De. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus,1995.

AYUMI. A saga da colônia Japonesa em Campo Grande (comemoração do centenário da vinda dos japoneses para o Brasil). Campo Grande: [s. n.], 2008.

BARTH Fredrik – **Etnicidade e o Conceito de Cultura**. Revista Antropolítica19. Niterói: EdUFF, 2005, pp. 15-30.

BARTH, Fredrik. Os Grupos Étnicos e Suas Fronteiras. 2ª edição. Brasília: Editora UNB, 2005.

BENEDICT, Ruth. O Crisântemo e a Espada. São Paulo: Perspectiva, 1972. BENJAMIN, Walter.

BOAS, Franz, 1858-1942 **Antropologia da Educação** / Franz Boas; tradução de José Carlos Pereira.— São Paulo: Contexto, 2022.



CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 2000. **O trabalho do antropólogo**. 2ª ed. São Paulo, UNESP.

GUSMÃO, N. M. M. . **Antropologia e educação: origens de um diálogo.** In: Neusa Maria Mendesde Gusmão. (Org.). Cadernos CEDES n.43— Antropologia e Educação— Interfaces do ensino e da pesquisa. Campinas:CEDES/Campinas, 1997, v. 43, p. 8-25.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul (org.) *Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics. Chicago: University of Chicago Press*, 1982. p. 215-242.

LUNA KUBOTA, Nádia Fujiko . BON ODORI: As Mulheres Nipônicas na Construção da Etnicidade de Imigrantes Japoneses e Seus Descendentes em Campo Grande—MS. 2006.

MALINOWSKI, Bronislaw [1884-1942] **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**/ Bronislaw Malinowski/ Título original: *Argonauts of the Western Pacific*/ Prefácio Mariza Peirano/ Prefácio à 1ª ed. Sir James G. Frazer/ tradução Anton P. Carr e Ligia Cardieri/ coordenação da tradução e apresentação Eunice R. Durham. São Paulo: Ubu Editora, 2018./ 672 pp. ISBN 978 85 92886 85 1

Massey, D., & Pasti, A. (2024). **Geometrias do poder e a conceitualização do espaço**. Boletim Campineiro de Geografia, 14(1), 237–246.

OKAMOTO,M. S.. **A EDUCAÇÃO ULTRANACIONALISTA JAPONESA NO PENSAMENTO DOS NIPO-BRASILEIROS**. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, v. 22, p. 225-243, 2018.

OLIVEIRA, Amurabi.**Sobre o lugar da educação na antropologia brasileira**. Temas em Educação, [s.I.], v. 24 n. 1,p. 40-50, 2015.

PATROCINIO, F. C. R.; OKAMOTO, M. S.KORONIA-GO.UMA CONCEPÇÃO DE LÍNGUA JAPONESA COMO PRÁTICA SOCIAL LEGÍTIMA. ESTUDOS



JAPONESES (USP), v. 1, p. 57-70, 2021.

REIS, Silvia. «Shōgorō Tsuboi e o início da antropologia japonesa», Horizontes Antropológicos, 62 | 2022, 293-315.

ROSISTOLATO, Rodrigo; PIRES DO PRADO, Ana. **Etnografia em pesquisas educacionais:** o treinamento do olhar. Linhas Críticas (UnB), Brasília, DF, v. 21, p. 57-75, 2015.

DAG

ROSISTOLATO, Rodrigo. A liberdade dos etnógrafos em educação e seu mosaico interpretativo. Revista Contemporânea deEducação, [s.I.], v. 13. p.1-9, 2018.

WALSH, Catherine (ed.). Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013. 553 p. Resenha por Telmo Adams em Práxis Educativa, vol. 10, n.2 (2015)

* * * * * *